

Confiança na polícia e atitudes políticas autoritárias na América Latina*

Trust in the police and authoritarian political attitudes in Latin America

Confianza en la policía y actitudes políticas autoritarias en América Latina

Geélison Ferreira da Silva**

Carlos Ranulfo Felix de Melo***

Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro****

Diego Maradona Cortezzi Guimarães Pedras*****

RESUMO

O objetivo deste artigo é explicar a confiança na polícia através da

-
- * O presente artigo é um desdobramento do capítulo 3 tese de doutorado “Silva, Geélison Ferreira da. Confiança na polícia na América Latina: entre atitudes políticas de desempenho Institucional. Belo Horizonte, Fafich, 2022”, de autoria do primeiro autor, sob orientação do segundo autor, Carlos Ranulfo Felix de Melo, e co-orientação da segunda autora, Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro.
- ** Professor e pesquisador do Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros. Doutor em Ciência Política e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: geelison.silva@unimontes.br. <https://orcid.org/0009-0009-8308-066X>.
- *** Professor e pesquisador do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Possui Pós-Doutorado em Ciências Humanas Universidade de Salamanca, Doutorado em Sociologia e Política e mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: carlos.ranulfo@yahoo.com.br. <https://orcid.org/0000-0001-8246-9125>.
- **** Professora e pesquisadora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-doutorado pela Texas State University, doutora em Sociologia Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro. E-mail: ludmila.ribeiro@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-4304-2254>.
- ***** Doutorando em Psicologia: Cognição e Comportamento pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: diegocortezzipedras@gmail.com. <https://orcid.org/0009-0000-7964-1617>. Recibido: 1 de julio de 2023. Aceptado: 29 de noviembre de 2023.

abordagem atitudinal que considera o efeito das atitudes políticas, micro e macrosociais, sobre a variável dependente (confiança na polícia) com dados do Lapop (2012) em 22 países latino-americanos. A hipótese é que em contexto de baixa qualidade democrática e ineficácia da polícia para garantir segurança pública e limitado respeito à lei é possível existir confiança institucional se as atitudes políticas dos cidadãos forem autoritárias. São testados os efeitos das atitudes políticas sobre a variável dependente através do modelo logístico de efeitos fixos por país. Os resultados confirmam que atitudes políticas são importantes para explicar a confiança nas instituições policiais e que as atitudes autoritárias analisadas apresentam impacto positivo sobre ela, na América Latina. A principal contribuição do estudo é identificar associação positiva entre autoritarismo e confiança institucional em contexto de percalços da democracia e das instituições policiais.

Palavras-chave: Confiança – Polícia – Atitudes Políticas – Segurança Pública – Democracia.

ABSTRACT

This article aims to explain trust in the police through an attitudinal approach that considers the effect of political attitudes, on the micro and macrosocial levels, on the dependent variable (trust in the police) with data from Lapop (2012) in 22 Latin American countries. The hypothesis is that in a context of low democratic quality and police inefficiency to guarantee public safety and limited respect for the law, it is possible for institutional trust to exist if citizens' political attitudes are authoritarian. The effects of political attitudes are tested using the fixed effects model. The results confirm that political attitudes are important to explain trust in police and that the authoritarian attitudes analyzed had a positive impact on it in Latin America. The main contribution of the study is to identify a positive association between authoritarianism and institutional trust in the context of mishaps in democracy and police institutions.

Keywords: Trust – Police – Political Attitudes – Public Security – Democracy.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es explicar la confianza en la policía a través del enfoque actitudinal que considera el efecto de las actitu-

des políticas, micro y macrosociales, sobre la variable dependiente (confianza en la policía), con datos de Lapop (2012) en 22 países latinoamericanos. La hipótesis es que en un contexto de baja calidad democrática, ineficacia de la policía para garantizar la seguridad pública y limitado respeto a la ley, es posible tener confianza institucional si las actitudes políticas de los ciudadanos son autoritarias. Los efectos de las actitudes políticas sobre la variable dependiente se prueban utilizando el modelo logístico de efectos fijos por país. Los resultados confirman que las actitudes políticas son importantes para explicar la confianza en las instituciones policiales, y que las actitudes autoritarias analizadas tuvieron un impacto positivo sobre ella en América Latina. La principal contribución del estudio es identificar una asociación positiva entre autoritarismo y confianza institucional en el contexto de perances de la democracia y de las instituciones policiales.

Palabras clave: Confianza – Policía – Actitudes Políticas – Seguridad Pública – Democracia.

I.- INTRODUÇÃO

O que explica níveis de confiança relativamente elevados em instituições ineficazes ou com performance autoritária? Considerando esta questão de fundo, o objetivo deste estudo é compreender os elementos que interferem na confiança na polícia na América Latina. A hipótese é que a confiança em instituições policiais com baixo desempenho nas dimensões do resultado que deve produzir e dos procedimentos que devem adotar, ou seja, controlar o crime e atuar segundo o Rule of Law, é explicada por atitudes autoritárias de indivíduos, que vivem em locais com cultura política democrática não enraizada. Por isso, são capazes de legitimar práticas de instituições que atuam segundo suas

baixas expectativas democráticas, ou até mesmo autoritárias.

A explicação do fenômeno analisado, proposta a partir das atitudes políticas, espera que crenças, valores e atitudes tenham influência sobre a sustentação cidadã ao regime democrático e às suas instituições (Moisés, 2008: 11). Nesse sentido, a confiança na polícia está relacionada a uma expectativa positiva sobre seu papel e ação “a exemplo da crença de que a polícia existe para garantir a segurança e a vida das pessoas [...]” (Moisés, 2010b, p. 53-54).

Muitos estudos enfatizam o caráter positivo da confiança política. Ela é vista como bem público que se acumula

quanto mais se usa gerando círculos virtuosos e, na modernidade, contribui para o desenvolvimento das virtudes cívicas, garante a legitimidade e estabilidade do regime e dá segurança à democracia (Moisés, 2010; Putnam, 1993).

Entretanto, faz sentido esperar que quando as atitudes políticas não são democráticas e o desempenho institucional é compatível com este padrão pouco exigente, a polícia pode não receber má avaliação por não ter expectativas a frustrar. Desta forma, se as instituições trabalham de acordo com o que o cidadão espera, mesmo não possuindo bom desempenho ou desrespeitando procedimentos democráticos. Por isso, a hipótese é que o nível de confiança depositado na polícia depende das atitudes relativas à democracia, assumidas pelos cidadãos. Isso quer dizer que não basta que as instituições sejam eficazes e que atuem dentro das regras para serem confiáveis. Ou seja, ainda que sejam ineficazes e não cumpram as normas legais podem receber confiança se atuarem de forma repressiva e autoritária satisfazendo indivíduos que aprovam este padrão de atuação antidemocrático. Esta hipótese confronta com a concepção, frequentemente encontrada (Putnam, 1993), de que a confiança é um indicador de legitimidade institucional positivo para a democracia, associado ao desempenho de suas instituições.

Na abordagem atitudinal¹ proposta para explicar a confiança institucional neste estudo, as atitudes políticas mais democráticas ou mais autoritárias modulam níveis de confiança diferentes em polícias semelhantes, ou níveis de confiança semelhantes em polícias diferentes (Mishler e Rose, 1999; Silva e Ribeiro, 2016).

Quanto a área selecionada para a análise, a América Latina se destaca por apresentar os piores índices de confiança institucional e possui um conjunto de países heterogêneos. Dessa forma, é o contexto ideal para analisar as origens e consequências da confiança em ambiente democrático (Arancibia, 2008). A região combina (a) ocorrência de países de baixa qualidade da democracia, com o maior número de crimes violentos do mundo, o que pode ser compreendido como sinal da ineficácia da polícia para a contenção do crime (Prado; Trebilcock, Hartford, 2012), ademais, possui polícias seletivas, truculentas e que evidenciam um *Rule of Law* deficitário com (b) uma cultura política marcada pela

1 As atitudes políticas ainda que estudadas como desdobramento da obra seminal de Almond e Verba (1963), não são a mesma coisa que cultura política. Por isto, é importante distinguir esta aproximação com o campo culturalista pela observação das atitudes individuais do conceito de cultura política em si. Para os autores mencionados a cultura política é uma característica social, mas este artigo foca nas orientações de apoio ou rejeição dos indivíduos ao sistema político ou aos seus componentes. Abordagem é semelhante a Casalecchi (2016) quando lida com os mesmos conceitos.

ambivalência em relação à democracia, ou seja, que resulta da disseminação de atitudes autoritárias entre a cidadania.

Os dados necessários para testar a hipótese, ou seja, o efeito das atitudes políticas sobre a confiança na polícia, foram encontrados no Latin American Public Opinion (LAPOP, 2012), sobre 22 países da região², razão pela qual a pesquisa inclui Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. Portanto, um volume considerável de nação representativas das sub-regiões do Caribe, América Central e Cone Sul.

A utilização de dados de 2012 deve-se ao fato de que o LAPOP, fonte que contempla a variável dependente e as independentes necessárias. Apesar de ter realizado surveys bienais desde 2004 até 2021 as ondas mais recentes deixaram de fora variáveis importantes para este estudo quanto às atitudes políticas relevantes para a avaliação da instituição policial. Cabe ressaltar que o objetivo do artigo não é acompanhar a evolução temporal dos indicadores analisados, assim, torna-se inapropriado realizar uma pesquisa longitudinal. Dessa forma, foi priorizado o banco de dados que contempla

mais satisfatoriamente os conceitos que compõe a hipótese testada, critério que levou à escolha da rodada de 2012.

Mishler e Rose (1999, 2001, 2005) apresentam as principais abordagens explicativas da variação da confiança nas instituições dividindo-as em culturais (exógenas – desenvolvida por experiências de socialização pré-políticas) – aqui chamadas de atitudinais – e institucionais (endógenas – experiências com as instituições políticas na fase adulta), sendo que cada uma destas abordagens se manifesta em níveis micro e macrosocial. Este artigo foca nas explicações classificadas como atitudinais para testar se existe associação positiva entre atitudes políticas autoritárias e confiança na política.

Cabe ressaltar que apesar de a hipótese testada focar nas atitudes políticas, ao aplicar o modelo de efeitos fixos por país, previne-se quanto à possibilidade de haver aspectos institucionais e mesmo criminais que não estão explicitamente presentes nos modelos estatísticos mas que poderiam provocar vieses a ponto de produzir distorção nos resultados. Ao se inserir o país como controle, minimiza-se esse risco. É claro que faz sentido falar da região da América Latina como uma região violenta e de instituições ineficazes para a contenção do crime em termos genéricos já que oito países dessa região estão entre os dez com maior taxa de homicídio mundial (Prado; Trebilcock, Hartford, 2012), mas

2 O LAPOP (2012) também traz informações sobre o Suriname e Belize. Entretanto, esta fonte, não possui informações correspondentes a todas as variáveis utilizadas, o que resultou na exclusão dos países do estudo.

o fato de haver países que possui baixos indicadores de violência torna relevante este cuidado de inserir a unidade país como controle.

Apesar de haver um rico e diverso conjunto de abordagens no campo da sociologia e criminologia, que considera inúmeras variáveis que não são operacionalizadas nesta pesquisa em razão do enfoque selecionado a partir da hipótese proposta, a perspectiva apresentada é relevante pelo fato de que as atitudes políticas quando consolidadas na opinião pública são levadas em conta por policy makers em contextos de crises de diversas naturezas, mas, especialmente quanto à segurança pública. Afinal, estas situações críticas podem gerar redução da confiança na polícia ao passo que aumenta a demanda pela militarização do controle do crime conforme demonstram Sung, Capellan e Barthuly (2022). Além disso, estudos que demonstram que democracias recentes ao se depararem com a elevação das taxas de criminalidade costumam regressar a formas de

atuação que fogem ao padrão garantista das liberdades civis e dos direitos humanos o que, no entanto, não produz maior confiança na instituição policial, ao contrário do que ocorre com padrões de policiamento orientados para a comunidade (Fran, Malone, Dammert, 2021).

O artigo está dividido em mais duas seções posteriores a esta. A seção seguinte se apresenta três tópicos. O primeiro tópico diz respeito à confiança na polícia, como a variável é medida e se manifesta na América Latina. O segundo tópico apresenta os conceitos e os indicadores atitudinais microsociais utilizados e testa o impacto destas variáveis na confiança na polícia. O terceiro apresenta os conceitos, os indicadores e testa o efeito das variáveis atitudinais macrosociais na variável dependente isoladamente e em conjunto com as variáveis atitudinais microsociais. A última seção apresenta as considerações finais.

2 ATITUDES POLÍTICAS E CONFIANÇA NA POLÍCIA NA AMÉRICA LATINA

2.1 *A confiança na polícia na América Latina*

Nesta pesquisa, quando ocorre uma aproximação com os estudos de cultura política, não há pretensão de

transmitir a ideia de que a cultura determina o sucesso ou queda dos regimes políticos, como propunham Almond e Verba (1963). Aqui, o objetivo é demonstrar que as atitudes políticas dos indivíduos têm impacto sobre a

confiança depositada na polícia. De toda forma, não convém negligenciar a influência das obras seminais de Almond e Verba (1963) e Easton (1965) nos estudos de confiança política. A partir dessas análises, a confiança política passa a ser vista como desdobramento ou indicador do apoio político. A primeira obra citada trata de valores e atitudes políticas congruentes com os regimes determinando seu (in)sucesso, já a segunda afirma que o ambiente social exerce pressão sobre o sistema político.

Apesar de Almond e Verba (1963) serem reconhecidos por inaugurar as pesquisas sobre o impacto de valores e atitudes para a estabilidade dos regimes políticos e, especificamente, o sucesso da democracia, Easton (1965) foi o primeiro a estabelecer dimensões diferentes para o apoio categorizando-o como difuso, representado por “laços fortes de lealdade e afeição”, e específico, orientado para o desempenho das instituições e autoridades políticas.

Posteriormente, Easton (1975) amplia para três as dimensões do apoio político: 1) comunidade política; 2) regime político e; 3) autoridades políticas. A primeira é mais difusa, a segunda intermediária, e a terceira a mais específica. Como desdobramento, Norris (1999) considerara cinco dimensões do apoio político, incluindo princípios, performance e instituições do regime, além de manter as dimensões de comunidade política e autoridades.

Apropriação que Norris (1999) e também Dalton (1999) fazem dos conceitos de apoio difuso e específico está mais vinculada ao objeto do que ao tipo de orientação do apoio. Para eles, os objetos são as cinco dimensões do apoio político (Regime, Princípios, Performance, Instituições, Autoridades), situadas em um contínuo que parte do mais difuso ao mais específico, colocando as instituições do regime, inclusive a polícia, no quarto nível de análise, cujas orientações ou atitudes tanto poderão ser afetivas quanto aversivas. A polícia e o sistema legal são mencionados como parte do aparato da democracia e são objeto de apoio ou rejeição. Assim, a confiança institucional é utilizada como um indicador da legitimidade das instituições políticas (Dalton, 1999; Norris, 1999).

O liberalismo tem como pressuposto a percepção de que os homens não são confiáveis e, por isso, é necessário instituições que os limitem. Então, a democracia significa mais supervisão e menos confiança nas autoridades. Nesta concepção, a confiança reconhece a vulnerabilidade humana: confiar significa aceitar o risco. Por isso, a confiança na polícia tem muito a expressar sobre a legitimidade do Estado como um todo e a crença de que a segurança e a integridade estão bem guardadas (Arancibia, 2008; Warren, 1999).

Dessa forma, o papel da confiança é paradoxal. É o sinal de que os homens são passíveis de serem corrompidos,

mas, é necessária para que a vida política seja conduzida pelas instituições, a ponto de gerar coordenação ou ordem social na democracia. É ela que proporciona senso de segurança ao permitir que os indivíduos se submetam a instrumentos e sistemas que não têm conhecimento ou controle (Warren, 1999).

A confiança política é direcionada às autoridades, às instituições e também depende do tipo de socialização política das pessoas. É defendida como a avaliação de que instituições operam segundo as normas e as expectativas individuais (Anderson, 2010; Arancibia, 2008). Nesta direção, conforme Hetherington (1998) e Offe (1999), das expectativas e atitudes de quem confia quanto ao desempenho ou ao respeito às normas, no caso específico, da crença de que a polícia atua segundo o que o indivíduo espera dela.

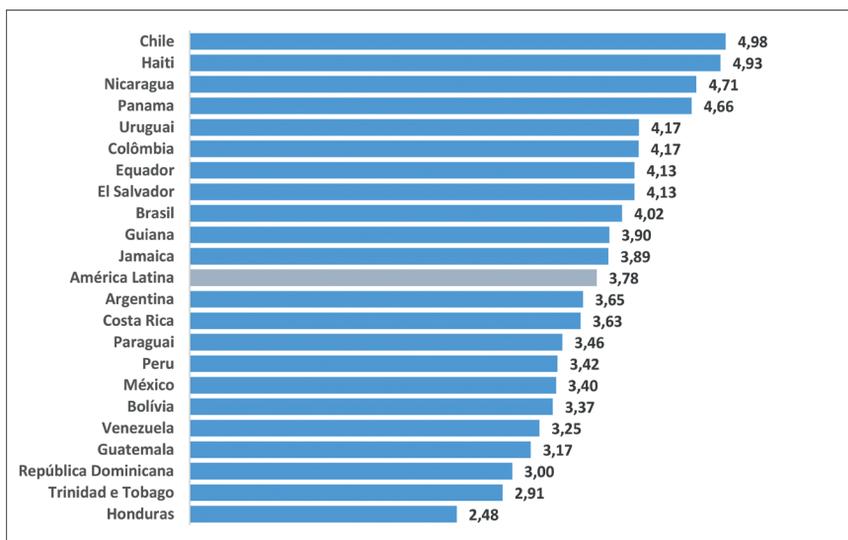
Esta abordagem é muito pertinente para a confiança na polícia e qualquer instituição do sistema jurídico. Envolve expectativas específicas sobre ela como “de ação reparatória ou punitiva por parte dos poderes estabelecidos contra todos aqueles que violarem os preceitos da lei” (Feres Júnior e Eisenberg, 2006: 471). Ou seja, o indivíduo “tem chances de observar a punição consistente daqueles que infringem os preceitos da lei” (Feres Júnior e Eisenberg, 2006: 471).

Como já se tem a definição de confiança na polícia adotada no estudo, cabe observar como o fenômeno se manifesta na região estudada. A primeira medida analítica foi consolidar um banco de dados contendo a onda do LAPOP de 2012 com os países da América Latina, de forma que os casos dos demais países e de outras ondas foram excluídos. Também foram excluídos os casos que possuíam valores perdidos em qualquer das variáveis selecionadas para compor o estudo, para garantir que os testes fossem feitos com os mesmos indivíduos e, assim, as inferências resultantes dos testes estatísticos sejam válidas. Por isso, restaram dados pertinentes aos 22 (vinte e dois) países que compõem este estudo e que totalizam 17.418 (dezesete mil e quatrocentos e dezoito) entrevistas.

O LAPOP (2012) considera a polícia (ou as, no caso das estaduais/provinciais) de maior abrangência e capilaridade de cada país. No caso brasileiro, por exemplo, a pergunta é “B18. Até que ponto o(a) sr. /sra. tem confiança na Polícia Militar?”. Os entrevistados foram orientados a responder à escala de Likert de 1 a 7 em cada país, em que 1 significa nada, e 7 significa muito.

O Gráfico 1 apresenta a média da confiança na polícia por país. A média alcançada nas respostas é 3,78, portanto, é possível afirmar que existe mais confiança que desconfiança. A significância estatística da diferença da confiança na polícia entre os países

Gráfico 1 - Média da confiança na polícia na América Latina por país



n=17.418

Anova P=0,000.

Fonte: os autores (2023).

Nota: adaptado de Lapop (2012).

é atestada pelo teste Anova³. De fato, o Gráfico 1 demonstra que há grande variação da confiança na polícia entre os países.

Estes números despertam uma série de questionamentos. Como explicar o fato de o Chile, que possui a polícia com natureza militar, e a Nicarágua

e o Haiti, que não são democracias, apresentarem níveis de confiança na polícia elevados, ao passo que Trinidad e Tobago, que é uma das cinco democracias liberais da região (V-Dem, 2020) possuir a segunda pior taxa de confiança na polícia?

A fim de se ter uma análise estatística parcimoniosa no modelo desenvolvido, optou-se por dividir variável confiança na polícia em duas categorias: (1) “Confia”, formada pelas respostas de 5 a 7; (0) “Não Confia”, formada pelas respostas de 1 a 4. Optou-se por incluir o valor intermediário da escala de respostas na categoria negativa, dessa forma, tem-se mais exigência e rigor

3 De acordo com Triola (1999), a partir do teste é possível verificar se uma característica é igual ou diferente entre categorias. Observando o valor P de 0,000 rejeita-se a hipótese nula de igualdade das médias e constata-se sua diferença estatística. Este critério é relevante para a variável dependente do estudo poder ser submetida ao modelo de efeitos fixos por país de forma adequada.

com a categoria (1) “Confia”, já que explicar a confiança é o objetivo do estudo. Ademais, este tipo de categorização tem proporcionado resultados robustos e, por isso, está se tornando o mais convencional, como se observa em estudos como Casalecchi (2016), Ribeiro (2008).

2.2 *Atitudes políticas microssociais na América Latina*

Anderson (2010) pondera que, embora a confiança política seja distinta de confiança interpessoal, uma pode estar atrelada a outra, conforme a abordagem atitudinal microssocial da confiança institucional, apresentada neste tópico. Putnam (1993) entende que o desempenho das instituições depende de um elemento cultural fundamental – a percepção de que os membros da comunidade são cooperativos e que isso produz bem-estar coletivo.

Assim, é necessário que haja confiança interpessoal, ou seja, a crença de que os demais indivíduos também atuarão de forma altruísta, de maneira que há constrangimento social sobre aqueles que não cooperam e reconhecimento para os que cooperam. Por isso, a confiança interpessoal fomenta a cooperação e melhora o desempenho das instituições, o que favorece a confiança institucional (Colen, 2010; Putnam, 1993).

Tocqueville (1987) já mostrava a importância da existência de laços sociais

fortes para gerar cooperação. Nessa linha de raciocínio, o que explica os chamados níveis de desenvolvimento econômico e político é a cultura que orienta as relações sociais entre cidadãos cooperativos e participativos, formando uma comunidade cívica que legitima as instituições.

Anderson (2010) identifica o impacto positivo do sentimento de comunidade na confiança institucional. A ideia geral é que, quando indivíduos acreditam que o comportamento dos demais é honroso, se sentem empoderados e motivados para envolverem-se com questões públicas. Desta forma, laços sociais fortes como amizade, parentesco, convivência e participação em organizações comunitárias favorecem a eficácia coletiva a partir do sentimento de auto pertencimento a um grupo com conexões emocionais compartilhadas e integradas em atitudes cívicas (Anderson, 2010).

Na América Latina, entretanto, Lagos (2000) identifica a predominância de baixa confiança interpessoal, descrença acerca do cumprimento das leis entre os cidadãos, percepção de baixa integridade sobre os políticos e pouca eficácia política. Assim, o baixo nível de confiança interpessoal é apontado como uma das causas da desconfiança institucional e de outras atitudes políticas negativas. Na mesma linha de Putnam (1993), a confiança interpessoal faz emergir círculos virtuosos que favorecem as instituições formais. Isso

está de acordo, também, com a teoria da desorganização social desenvolvida por Shaw e Mckay (1942), que relacionam altas taxas de crime com tipo de vizinhança e aspectos como cuidados com o ambiente. Por esta perspectiva, barulho, prostituição, pichações, lixo exposto, venda de drogas em espaço público e jogos proibidos são associados à baixa coesão social, manifesto pela desconfiança interpessoal, e transmitem a mensagem de que o Estado perdeu o controle da situação, deixou de aplicar a lei e abandonou a comunidade, o que prejudicaria a confiança na polícia (Cao, 2011; Kubrin e Weitzer, 2003). Maiores níveis de confiança interpessoal também reduziram a necessidade de acionamento da polícia e de registro de crimes. As redes sociais de vizinhança produziram controle informal, diminuiriam a necessidade de atuação da polícia, reduzindo conflitos com a instituição e favorecendo a confiança (Kääriäinen e Sirén, 2011).

Por outro lado, a confiança interpessoal pode aumentar a propensão de indivíduos participarem diretamente de organizações anticrime, especialmente quando desconfiam da polícia (Zizumbo-Colunga, 2019). Por isso, a despeito de sinais de desordem serem associados à inexistência de capital social ou de laços sociais fortes em nível microsocial, indicando a incapacidade de mobilização comunitária para a alcançar bem-estar coletivo, é

necessário ponderar que pesquisas que se desenvolveram a partir de Sampson (2004) têm mostrado que a confiança interpessoal e o capital social reduzem o acionamento do controle social formal e aumentam o uso de controle social privado, o que é ilegal e perigoso (Silva, 2014; Villarreal e Silva, 2006). Nessa perspectiva, a alta coesão não necessariamente se traduz em eficácia coletiva (mobilização social direcionada para o bem público) e pode resultar em crime e violência (Cruz, 2010; Sampson, 2004).

Diante desta problematização, cabe registrar que a confiança interpessoal, apesar de ser uma atitude que se manifesta em nível microsocial, tende a produzir reflexos sobre as instituições, ainda que a natureza deste impacto possa ser interpretada de forma divergente e produza impactos diversos conforme os contextos.

Se, como supõe Putnam (1993), a confiança interpessoal é a base para a cooperação e a cultura cívica, a existência de confiança entre as pessoas e a consequente colaboração entre elas tende a produzir instituições eficazes, nessa abordagem, a previsão para a América Latina é perversa, pois Lagos (2000a, 2003a, 2003b) identifica uma síndrome de desconfiança entre as pessoas da região. Segundo a autora, tal síndrome molda as atitudes políticas dos cidadãos da região, como mostram os dados do LAPOP (2012), no que se

refere à confiança na polícia. Quanto à confiança interpessoal a Tabela 1 mostra que os latino-americanos mais confiam do que desconfiam de seus vizinhos, exceto no caso dos haitianos. O caso do Haiti também é importante por contradizer a ideia de que a confiança social gera confiança institucional, pois, apesar de ser o segundo país em nível de confiança policial, é o último quando se fala em confiança interpessoal, contrariando a explicação atitudinal microsocial da confiança na polícia.

Ademais, ao contrário do que pressupõe Lagos (2000a, 2003a, 2003b), não são os países mais democráticos que estão no topo da classificação quanto à confiança interpessoal, ainda que figurem entre os 10 mais bem colocados. Por outro lado, Honduras e Venezuela, países considerados não democráticos (V-Dem, 2020), se colocam em classificação intermediária ou superior em uma classificação dos países por nível de confiança entre as pessoas, ocupando a décima e a décima segunda posições.

Tabela 1: Confiança interpessoal e organização com a vizinhança por medo do crime por país

| País | Confiança Interpessoal | | Organizou-se com a vizinhança por medo do crime | |
|----------------|------------------------|------------|---|------|
| | Confia | Não confia | Sim | Não |
| América Latina | 66,4 | 33,6 | 80,2 | 19,8 |
| Argentina | 75,4 | 24,6 | 83,6 | 16,4 |
| Bolívia | 56,9 | 43,1 | 66,3 | 33,7 |
| Brasil | 61,4 | 38,6 | 91 | 9 |
| Chile | 70,6 | 29,4 | 83,5 | 16,5 |
| Colômbia | 68,5 | 31,5 | 77,4 | 22,6 |
| Costa Rica | 76,8 | 23,2 | 79,6 | 20,4 |
| El Salvador | 61,1 | 38,9 | 87,3 | 12,7 |

| | | | | |
|----------------------|------|------|------|------|
| Equador | 66 | 34 | 70,5 | 29,5 |
| Guatemala | 68,3 | 31,7 | 72,4 | 27,6 |
| Guiana | 81,4 | 18,6 | 85,2 | 14,8 |
| Haiti | 35,6 | 64,4 | 87,2 | 12,8 |
| Honduras | 70,2 | 29,8 | 86,5 | 13,5 |
| Jamaica | 70,2 | 29,8 | 81,9 | 18,1 |
| México | 61,5 | 38,5 | 82,3 | 17,7 |
| Nicarágua | 65,1 | 34,9 | 77,8 | 22,2 |
| Panamá | 81,1 | 18,9 | 94,5 | 5,5 |
| Paraguai | 71,3 | 28,7 | 79,9 | 20,1 |
| Peru | 50,8 | 49,2 | 74,9 | 25,1 |
| República Dominicana | 68,1 | 31,9 | 73,8 | 36,2 |
| Trinidad e Tobago | 70,2 | 29,8 | 88,2 | 11,8 |
| Uruguai | 77,4 | 22,6 | 85,9 | 14,1 |
| Venezuela | 69 | 31 | 85 | 15 |

n=17.418

Fonte: os autores (2023).

Nota: adptado de Lapop (2012).

Apesar de a maioria dos estudos indicar que a confiança interpessoal, assim como a confiança na polícia, é importante para o controle do crime (Brown e Benedict, 2002; Kääriäinen e Sirén, 2011), é possível que a coesão

social em níveis comunitários aumente o controle social informal, a despeito do acionamento às instituições policiais. Zimzumbo-Colunga (2019) diz que isso aumenta a chance de participação em organizações anticrime e,

a depender da forma de atuação destas organizações, elas também podem ser tornar contraventoras (Cruz, 2010; Sampson, 2004). Nesta direção, o LAPOP (2012) pergunta se “VIC44. Por medo do crime, se organizou com os vizinhos ou a comunidade?”. A tabela 1 também mostra o percentual das respostas (0) “Não” e (1) “Sim” por país.

A Tabela 1 mostra que 19,8% dos latino-americanos já se organizaram com vizinhos ou com a comunidade em função do medo do crime. Na Bolívia e na República Dominicana esse percentual ultrapassa 30%. Na Guatemala e no Equador, os percentuais chegam muito perto disso. Isso pode favorecer a resolução privada dos conflitos e desencadear um efetivo controle da criminalidade ou, por outro lado, incentivar o surgimento de novas contravenções a partir da tentativa de se eliminar criminosos. De toda forma, para Zimzumbo-Colunga (2012), a participação em organizações anticrime é sinal de desconfiança na polícia.

A Tabela 2 testa os efeitos das variáveis atitudinais microsociais na confiança na polícia. Parte-se do pressuposto que os indivíduos possuem padrões de confiança na polícia de acordo com o país do qual se faz parte. Portanto, a posição que cada um ocupa no contexto da amostra não é totalmente aleatória, em relação à variável dependente, o que deve ser controlado. Por isso, os modelos estatísticos

utilizados no estudo são de efeitos fixos por país, ou seja, considera o país como agrupamento. Como o número de países estudados é pequeno para a realização de modelos hierárquicos robustos, uma boa opção é a aplicação do modelo de efeitos fixos (Wooldridge, 2010).

A regressão múltipla com efeitos fixos é uma técnica estatística utilizada para modelar a relação entre uma variável dependente e várias variáveis independentes, enquanto controla os efeitos fixos de determinadas variáveis categóricas. Quando a variável dependente é binária ou categórica, tal como a confiança na polícia é operacionalizada aqui, estamos falando de um modelo de regressão logística com efeitos fixos (Gujarati, 2012).

O modelo de regressão logística com efeitos fixos ajuda a entender como cada uma das variáveis independentes e de controle influenciam a chance de confiar na polícia, enquanto controla os efeitos fixos dos diferentes países (Gujarati, 2012; Greene, 2003). Vale ressaltar, que ambos os modelos, regressão logística com efeitos fixos e modelos de painel com efeitos fixos, são utilizados para controlar e capturar variações não observadas ou inerentes às unidades individuais em estudo. No entanto, eles diferem em relação ao tipo de dados que tratam e ao escopo de suas aplicações. Os modelos de regressão logística com efeitos fixos

são demandados quando se trabalha com dados transversais, ou seja, uma amostra de diferentes unidades (indivíduos e países) em um determinado momento no tempo. Já o modelo de painel lida com dados longitudinais, ou seja, dados coletados ao longo do tempo para as mesmas unidades de observação, o que não é o caso em tela já que o banco de dados utilizado considera apenas casos referentes ao ano de 2012 em razão de ser essa onda específica do LAPOP que contempla as variáveis de interesse para o teste da hipótese (Wooldridge,2010).

A equação geral de um modelo de regressão logística com efeitos fixos pode ser expressa como:

$$\text{Logit} (P (Y_i - 1)) = \beta_0 + \beta_1 X_{i1} + \beta_2 X_{i2} + \dots + \beta_p X_{ip} + \alpha_1 Z_{i1} + \alpha_2 Z_{i2} + \dots + \alpha_q Z_{iq}$$

Onde:

- * $(P (Y_i - 1))$ é a probabilidade de ocorrência do evento para a observação i
- * logit é função logit que transforma a probabilidade em uma escala que varia de menos infinito a mais infinito.
- * β_0 é o intercepto.
- * $\beta_1, \beta_2, \dots, \beta_p$ são os coeficientes das variáveis independentes $X_{i1}, X_{i2}, \dots, X_{ip}$
- * $\alpha_1, \alpha_2, \dots, \alpha_q$ são os efeitos fixos das variáveis categóricas $Z_{i1}, Z_{i2}, \dots, Z_{iq}$

Os coeficientes β representam como as variáveis independentes contínuas influenciam a logodds (o logaritmo da

razão de probabilidade de sucesso para falha). Enquanto os efeitos fixos α das variáveis categóricas controlam o impacto das categorias específicas dessas variáveis na probabilidade do evento ocorrer, no caso, confiar na polícia.

Por fim, cabe ressaltar que o modelo de regressão logística com efeitos fixos é uma ferramenta estatística que visa compreender a relação entre uma variável dependente binária ou categórica e múltiplas variáveis independentes, enquanto controla e captura os efeitos fixos de variáveis categóricas específicas, no caso em tela, os países. Esses efeitos fixos ajudam a incorporar características constantes das categorias selecionadas ao modelo, permitindo analisar como as variáveis independentes contínuas e as categorias das variáveis qualitativas influenciam a probabilidade do evento ocorrer. É especialmente útil em análises transversais, onde se investiga um conjunto de unidades em um único momento no tempo, considerando certas variáveis como constantes para todas as observações. Tal procedimento favorece, inclusive, o controle de eventuais influências de fenômenos estruturais que poderiam gerar vieses nos resultados mesmo sem inseri-los, diretamente, nos modelos (Gujarati, 2012; Greene, 2003; Wooldridge, 2010).

As variáveis independentes e de controle foram padronizadas por desvio padrão, para que seus efeitos na

Tabela 2 - Modelos de efeitos fixos por país – Confiança na polícia por atitudes políticas microsociais

| Variáveis (padronizadas) | Modelo 1 | Modelo 2 | Modelo 3 |
|--------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Confiança interpessoal | 1.248*** (0.0216) | | 1.248*** (0.0216) |
| Organizou-se por medo do crime | | 1.016 (0.0171) | 1.019 (0.0173) |
| Constante | 0.586*** (0.0832) | 0.591*** (0.0825) | 0.586*** (0.0834) |
| var(Constante) | 1.549*** (0.208) | 1.524*** (0.197) | 1.551*** (0.208) |
| Observações | 17,418 | 17,418 | 17,418 |
| Número de grupos | 22 | 22 | 22 |
| Log Likelihood | -10693 | -10777 | -10693 |

Nota: Efeitos fixos por país. *** $p < .001$; ** $p < .05$; * $p < .10$ (two-tailed). Erros padrões entre parênteses.

confiança na polícia sejam comparáveis entre si. Assim, os coeficientes obtidos dizem respeito ao efeito de cada desvio padrão da variável independente, ou de controle, na chance de se confiar na polícia, como variável dependente. Tais procedimentos metodológicos se aplicam a todos os modelos estatísticos apresentados no artigo.

Cada variável independente foi inserida individualmente no modelo estatístico e depois acrescentada como conjunto conceitual ao qual faz parte, no caso da Tabela 2, desempenho institucional microsocial (Mishler e Rose, 2001), e depois ajustadas pelas suas variáveis de controle. Esta sequência permite analisar a consistência dos efeitos encontrados para cada variável

quando elas não alteram seu padrão de efeito sobre a variável dependente com o acréscimo de outras covariáveis.

Os resultados encontrados demonstram que cada desvio padrão da confiança interpessoal aumenta em 24,8% a chance de confiança na polícia, com significância estatística menor que 0,001, ou seja, 99% de confiança. Entretanto, ter se organizado com vizinhos ou a comunidade em razão do medo do crime não apresenta efeitos estatisticamente significantes. Na sequência, apresentam-se os conceitos relativos às atitudes políticas macrossociais, os indicadores pertinentes aos conceitos e seus efeitos sobre a confiança na polícia em seguida apresenta-se os dois conjuntos de variáveis atitudinais, micro e macrossociais, no mesmo modelo explicativo.

2.3 Atitudes políticas macrossociais na América Latina

Atitudes políticas em nível macrossocial são aquelas que, ainda que afetem indivíduos, vizinhanças ou comunidades, se apresentam de forma padronizada e podem ser consolidadas de forma ampla, tendo como referência as nações (Mishler e Rose 1999, 2001, 2005). Esta abordagem possui dois elementos centrais que devem ser observados neste estudo. O primeiro é o aumento da desconfiança política em todas as regiões do mundo – associado

à modernização social e aumento das exigências diante do regime ou como sinal de uma suposta crise da democracia. O segundo diz respeito às características próprias da América Latina – corrupção e insatisfação com o desempenho do regime e das instituições – o que ajuda a explicar o fato de a região ter os piores índices globais de confiança.

Norris (1999) identifica que mais de dois terços dos países investigados pelo World Values Survey (WVS) registraram queda na confiança nas forças armadas e na polícia entre 1981 e 1997. Na mesma direção, Hetherington (1998) e Dalton (2000, 2004) demonstram que a confiança nas instituições atingiu índices nunca tão baixos, evidenciando uma crise crônica e universal.

Apesar de o fenômeno da redução da confiança nas instituições ser universal, há divergências sobre a dimensão desta crise. Para alguns ela afeta apenas a avaliação específica do desempenho das instituições e aumenta a exigência sobre elas enquanto caminha paralelamente com aumento da adesão aos princípios democráticos, portanto, do chamado suporte generalizado (Arancibia, 2008; Dalton, 1999; Inglehart e Welzel, 2009; Norris, 1999). Para outros, representa um risco ao regime democrático e está associado à baixa participação, cinismo e atitudes ambivalentes ou autoritárias, especialmente nas democracias mais

jovens, tipo predominante na América Latina (Lagos, 2003; Moisés, 2008, 2010a, 2010b).

Inglehart (1997) identifica que os países classificados como pós-materialistas mudaram seus valores e tiveram queda no apoio às autoridades tradicionais, a exemplo da igreja, exército e polícia. Isso explicaria o fato de contextos materialistas, portanto, em estágio de modernização menos avançado, apresentarem maior confiança nestas instituições do que nos pós-materialistas.

Como os indicadores de confiança institucional na América Latina são baixos, esta abordagem precisa ser considerada com cautela, ainda que Silva & Ribeiro (2016) expliquem as taxas de confiança semelhantes entre as polícias brasileiras e dos EUA por esta via. Nesse sentido, a confiança pode ser positivamente associada a valores hierárquicos, conservadores e até mesmo autoritários e negativamente associada à democracia. Neste enquadramento a desconfiança em relação às instituições tradicionais é sinal de expansão dos valores de auto-expressão (Inglehart e Welzel, 2009) que são a base do liberalismo democrático.

Dessa forma, a desconfiança não colocaria a democracia em risco, mas seria sinal de que os valores democráticos estão se difundindo e as exigências sobre as instituições aumentando. Já a redução da confiança, é explicada

pelo surgimento de um novo tipo de cidadão, chamado de cidadão crítico, descontente ou insatisfeito, que exerce pressão para o aperfeiçoamento do regime democrático. O aumento da educação, acesso à informação ou mobilização cognitiva favorecem este ativismo crítico (Arancibia, 2008; Colen, 2010; Dalton, 1999; Nivette e Kanji, 2002; Norris, 1999). Os cidadãos seriam cada vez mais capazes de separar o mal desempenho das instituições e dos agentes do sistema político em si. O que é contraditório com essa perspectiva é o aumento da confiança nas forças armadas, o apoio à ideia de democracia sem partidos e a redução da credibilidade dos políticos, trazendo indícios de disseminação de atitudes autoritárias (Power e Jamison, 2005).

Não obstante essa visão menos negativa sobre o aumento da desconfiança, a onda de democratização da década de 1980 fomenta questões sobre o ambiente no qual instituições democráticas encontram melhores condições para angariar apoio. Em muitos casos, o problema estaria na prevalência de atitudes autoritárias e na baixa adesão normativa à democracia. Vários países não teriam como se beneficiar da tradição democrática como propulsor da confiança institucional e lhes faltaria uma reserva de apoio suficiente para enfrentar a ineficácia institucional e assegurar legitimidade (Colen, 2010; Dalton, 2000).

Eckstein (1998) entende que o nível de maturidade do regime produz significados diferentes para a confiança, em razão de existir uma mistura de comportamentos democráticos e autoritários naqueles mais novos. Na mesma direção, Silva e Ribeiro (2016) demonstram que, nas democracias mais jovens, indivíduos possuem maior dificuldade de isolar a função específica de cada instituição, e as falhas da polícia prejudicam mais intensamente o apoio à democracia e as demais instituições.

De acordo com Inglehart e Welzel (2003), quando a democracia não pode ser considerada consolidada, o apoio que recebe tende a ser superficial. Afinal, uma democracia enraizada, teoricamente, possui bons índices de participação, tolerância e confiança. Moisés (2008) afirma que cidadãos das democracias não consolidadas são ambivalentes, ou seja, ao mesmo tempo que afirmam ter preferência pela democracia, manifestam atitudes que contrariam os princípios deste tipo de regime político. É por isso que estudos recentes têm testado a adesão à democracia de forma mais completa, indo além das perguntas diretas dos surveys sobre a democracia ser a melhor forma de governo, o que estimula respostas politicamente corretas. Estes estudos optam por colocar o entrevistado diante de questões práticas da vida social e política, de forma que indiretamente seja possível identificar se

suas escolhas são condizentes ou não com os princípios democráticos (Cassalecchi, 2016; Graham e Svobik, 2020; Moisés, 2008).

Na América Latina, a tendência mundial de redução da confiança nas instituições é agravada por características pré-nacionais como a passividade e a resignação política diante das desigualdades, expressando uma cultura cívica frágil, cínica, somadas à percepção de ineficácia política e desconfiança generalizada (Lagos, 2000a, 2003a, 2003b).

Do ponto de vista empírico, em nível macrosocial, alguns padrões podem ser identificados a partir da literatura. O primeiro é que há diferenças significativas entre os níveis de confiança nas instituições entre os países estudados (Nivette e Kanji, 2002). Silva e Ribeiro (2016) atestam que há forte associação da confiança policial com a confiança no judiciário, nas instituições representativas (partidos e parlamentos) e nas instituições do poder executivo (governos locais e nacionais) e, no caso de a democracia ser mais jovem, essa contaminação de desconfiança tem maior efeito. Está claro que a confiança na polícia depende também da confiança em geral. Portanto, a percepção positiva sobre outras instituições democráticas produz maior chance de confiança na polícia (Alalehto, Larson, 2016).

O levantamento do LAPOP (2012) contempla atitudes políticas macro-sociais que podem ser classificadas como apoio difuso através de perguntas respondidas conforme escala que varia de 1, quando não há apoio, a 7, quando o apoio é muito elevado. As situações avaliadas são as seguintes: “B1” Crença nos tribunais de justiça; “B2” Respeito pelas instituições políticas do país. “B3” Crença que os direitos básicos do cidadão do país estão protegidos; “B4” Orgulho do sistema político nacional.

A soma das respostas recategorizadas formou o Índice de Apoio Difuso ao Sistema Político padronizado para variar de 0 a 100. A Tabela 3 apresenta o Índice de Apoio Difuso ao Sistema Político por país. A partir de análise fatorial confirmatória, cujo coeficiente do Alfa de Cronbach foi de 0,8986, atestou-se a validade estatística do índice. Este coeficiente pode variar de 0 a 1, sendo que se considera aceitável a partir de 0,6 (Hair, Black, Babin e Anderson, 2006).

Este tipo de técnica viabiliza verificar se o nível de associação entre um conjunto de variáveis contínuas é suficiente para viabilizar seu tratamento em um único constructo ou fator (Figueiredo Filho e Silva Júnior, 2010; Kim e Mueller, 1978). Nas análises fatoriais que se apresentam neste estudo existem variáveis que não são de natureza contínua, nestes casos, aplicaram-se a “matriz policórica” na

correlação a partir dos mínimos quadrados ponderados, conforme orientação de Jöreskog e Sörbom (1979).

Cabe destacar que foi utilizada a Análise Fatorial Confirmatória (CFA) para calcular o Índice de Apoio Difuso. Geralmente, métodos mais comuns, como Análise de Componentes Principais (PCA) ou fatorial exploratória (EFA), são utilizados na criação de índices, sendo o Alfa de Cronbach a única medida para avaliar sua consistência interna. O CFA, parte das técnicas de Modelagem de Equações Estruturais (SEM), por isso, é mais complexo e normalmente envolve métricas como *Root-Mean-Square Error of Aproximation* (RMSEA) e *Standardized Root-Mean-Square Residuals* (SRMR) para avaliar o ajuste do modelo (Lattin, 2011; Fávero, 2009; Corrar, 2007; Johnson, 1992). A escolha do CFA foi feita visando uma validação mais específica e detalhada das relações entre as variáveis subjacentes ao Índice de Apoio Difuso. No entanto, é válido apontar que métodos mais tradicionais como PCA ou EFA poderiam ter sido suficientes para a construção do indicador ainda que a utilização do CFA tenha agregado maior validade ao índice ao trazer resultados mais líquidos e consistentes. Os mesmos procedimentos e princípios também se aplicam ao Índice de Confiança nas Instituições Políticas que será apresentado adiante.

Observa-se que o fato de ser democrático ou não democrático não é

Tabela 3: atitudes políticas macrosociais por país

| | Índice Apoio Difuso | Índice Confiança Institucional | Aprovação derrubada violenta (%) | | Concordância democracia sem partidos | Apoia aumento das penas (%) | | Forças armadas combate ao crime | | Ideologia (%) |
|----------------|---------------------|--------------------------------|----------------------------------|--------|--------------------------------------|-----------------------------|------|---------------------------------|------------------|---------------|
| | Média (0-100) | Média (0-100) | Desaprova | Aprova | Média (0-6) | Não | Sim | Média (0-6) | Esquerda/ Centro | Direita |
| América Latina | 52,1 | 46,9 | 89,4 | 10,6 | 2,6 | 45,6 | 54,4 | 4,6 | 67,4 | 32,6 |
| Argentina | 54,9 | 48,5 | 95,3 | 4,7 | 2,2 | 40,4 | 59,6 | 3,8 | 72,1 | 27,9 |
| Bolívia | 49,2 | 42,9 | 88,7 | 11,3 | 2,7 | 40,0 | 60,0 | 4,2 | 76,3 | 23,7 |
| Brasil | 45,1 | 44,5 | 84,5 | 15,6 | 2,6 | 43,8 | 56,2 | 4,7 | 68,3 | 31,7 |
| Chile | 54,6 | 50,6 | 88,2 | 11,8 | 2,7 | 23,9 | 76,1 | 3,7 | 77,0 | 23,0 |
| Colômbia | 55,6 | 48,5 | 87,7 | 12,3 | 2,8 | 50,9 | 49,1 | 4,9 | 58,8 | 41,2 |
| Costa Rica | 55,1 | 44,0 | 93,7 | 6,2 | 1,2 | 52,6 | 47,4 | - | 65,3 | 34,7 |
| El Salvador | 56,4 | 50,7 | 87,7 | 12,3 | 3,0 | 48,9 | 51,1 | 5,2 | 61,1 | 38,9 |
| Equador | 52,7 | 44,6 | 89,2 | 10,8 | 2,8 | 44,9 | 55,1 | 4,9 | 72,3 | 27,7 |
| Guatemala | 52,6 | 49,1 | 83,8 | 16,2 | 2,8 | 51,4 | 48,6 | 4,5 | 80,9 | 19,1 |
| Guiana | 59,9 | 55,8 | 87,0 | 13,0 | 2,7 | 42,2 | 57,8 | 4,9 | - | - |
| Haiti | 47,5 | 42,4 | 90,9 | 9,1 | 3,8 | 36,7 | 63,3 | - | 82,2 | 17,8 |
| Honduras | 39,9 | 35,2 | 89,9 | 10,1 | 2,7 | 34,3 | 65,8 | 4,2 | 71,3 | 28,7 |

| | Índice Apoio Difuso | Índice Con-fiança Institucional | Aprovação derrubada violenta (%) | | Con-cordância democracia sem partidos | Apoia aumento das penas (%) | | Forças armadas combate ao crime | Ideologia (%) | |
|----------------------|---------------------|---------------------------------|----------------------------------|------|---------------------------------------|-----------------------------|------|---------------------------------|---------------|------|
| | | | | | | | | | | |
| Jamaica | 54,9 | 52,4 | 88,5 | 11,5 | 2,2 | 51,7 | 48,4 | 4,9 | 54,6 | 45,4 |
| México | 55,0 | 52,0 | 86,1 | 13,9 | 2,9 | 46,1 | 53,9 | 4,9 | 66,0 | 34,0 |
| Nicarágua | 61,8 | 53,6 | 85,6 | 14,5 | 2,6 | 45,5 | 54,6 | 5,1 | 69,4 | 30,6 |
| Panamá | 46,9 | 46,1 | 92,1 | 7,9 | 3,0 | 66,8 | 33,2 | - | 50,6 | 49,4 |
| Paraguai | 46,5 | 40,5 | 91,5 | 8,5 | 2,8 | 34,0 | 66,0 | 5,0 | 59,3 | 40,7 |
| | | | 8,5 | 91,5 | | 66,0 | 37,9 | | 40,7 | 72,0 |
| Peru | 49,0 | 41,5 | 91,5 | 8,5 | 2,4 | 37,9 | 62,1 | 4,2 | 72,0 | 28,0 |
| República Dominicana | 48,3 | 44,2 | 86,1 | 13,9 | 2,8 | 53,7 | 46,3 | 5,1 | 52,3 | 47,7 |
| Trinidad e Tobago | 49,4 | 42,7 | 94,5 | 5,5 | 2,1 | 42,0 | 58,0 | 4,8 | 60,2 | 39,8 |
| Uruguai | 60,2 | 56,3 | 95,8 | 3,2 | 2,0 | 56,0 | 44,0 | 3,6 | 77,6 | 22,4 |
| Venezuela | 56,0 | 52,7 | 94,3 | 5,7 | 2,0 | 57,3 | 42,7 | 4,6 | 68,1 | 31,9 |
| n | 17.418 | 17.418 | 17.418 | | 17.418 | 17.418 | | 15.219 ⁴ | 15.336 | |
| Anova | P=0,013 | P=0,899 ⁵ | - | | P=0,03 | - | | P=0,98 | - | |

Fonte: o autor (2023).

n=17.418

Nota: adaptado de Lapop (2012).

Quadro 1 - Média da confiança nas instituições (0-6)

| Código da pergunta lapop (2012) | Instituição | Média (0-6) |
|--|--------------------------|--------------------|
| B10A | Justiça | 2,78 |
| B11 | Justiça Eleitoral | 3,00 |
| B13 | Congresso Nacional | 2,71 |
| B21 | Partidos Políticos | 2,19 |
| B21A | Presidenta da República | 3,18 |
| B31 | Supremo Tribunal Federal | 2,87 |
| B32 | Governo Municipal | 2,97 |

Fonte: os autores (2023).
Nota: adptado de Lapop (2012).

suficiente⁴⁵ para explicar a diferença do índice de apoio difuso entre os países, visto que Nicarágua e Uruguai, com grandes distâncias em níveis de democratização possuem níveis de apoio difuso muito semelhantes. Tal resultado corrobora com a perspectiva de que atitudes políticas ajudam a explicar a confiança na polícia já que países com naturezas políticas diversas apresentam atitudes similares.

O LAPOP (2012) levanta a confiança em diversas instituições cujas opções de resposta também são apresentadas em escala variando de (1) Nada a (7) Muito. O Quadro 1 mostra a média das respostas para sete instituições após serem

recodificadas para variar de (0) Nada a (6) Muito⁶.

Dentre as instituições que possuem a sua confiança analisada neste artigo, os partidos políticos é a que possui menor média (2,19) e demonstra ser a instituição mais vulnerável em termos de apoio dos cidadãos, ao contrário da presidência da república, que é instituição com maior média de confiança (3,18) em 2012. Tanto que alguns cidadãos podem compreender que existe a possibilidade de existência de uma democracia sem partidos, conforme demonstrado adiante.

O Índice de Confiança nas Instituições Políticas foi criado a partir da soma das variáveis presentes no Quadro 1. O índice também foi padronizado para variar de 0 a 100. Sua análise confirmatória foi atestada pelo Alfa de Cronbach de 0,8336. A média do Índice de Confiança nas Instituições Políticas na América Latina, apresentada na Tabela 3, foi de 46,9.

Além de o índice de confiança nas instituições políticas, o apoio à democracia é outra atitude macrosocial considerada como variável independente. Para Linz & Stepan (1996), o

4 No LAPOP (2012), a variável ideologia não possui informações sobre Guiana. A variável militarismo não possui informações sobre Costa Rica, Haiti e Panamá. Por isso, o modelo estatístico que utiliza estas variáveis possui menos observações que os demais e só contempla 18 países. Estas variáveis foram inseridas no modelo estatístico especialmente para assegurar que elas não estavam enviesando os efeitos dos indicadores atitudinais macrosociais e também exercer controle sobre elas. Suas inserções no modelo pouco alteraram os efeitos destas variáveis. Após demonstrar isso, optase-á por não inseri-las nos modelos seguintes para evitar as perdas no número de observações da amostra.

5 Apesar de o valor encontrado no teste P 0,899 indicou não haver diferença estatisticamente significativa para a variável entre os países optou-se por inseri-la nos modelos estatísticos já que cada teste estabelece os parâmetros para validação ou não da variável no próprio modelo regressão.

6 Optou-se por padronizar todas as variáveis independentes para a apresentar 0 como menor valor das respostas para facilitar a comparação e interpretação dos seus efeitos. Este tipo de escala facilita a compreensão conforme apontado por Fowler Junior (2014) e Norris (2011).

apoio à democracia é medido a partir de qual proporção populacional concorda que a democracia apresenta problemas, mas é a melhor forma de governo. Entretanto, para autores como Casalecchi (2016), Graham e Svulik (2020) e Moisés (2008), esta pergunta tão direta induz o entrevistado a optar pela democracia, por ser a resposta socialmente mais desejada. Por isso, o ideal é confrontar o entrevistado com situações práticas para verificar se suas escolhas são realmente pertinentes aos princípios democráticos ou não.

Cabe ressaltar que o objetivo desta pesquisa não é identificar o quão democráticos são os latino-americanos mas compreender como a atitude política, de maior ou menor apoio a diferentes dimensões da democracia, afeta a confiança na polícia. Dessa forma, diferentemente de Moisés (2008) e Casalecchi (2016), que classificam os indivíduos tendo em vista seu caráter democrático, ambivalente ou autoritário, ou por seu comprometimento com a democracia, aqui o importante é observar o efeito que as diferentes formas de apoio e mensuração das atitudes políticas frente ao regime produzem na confiança na polícia.

A maioria dos cidadãos, além de expressar maior preferência pela democracia, em geral, não aprova a derrubada, por meios violentos, de um governo eleito. Portanto, tendem a não apoiar rupturas com a democracia. Isso é levantado pelo LAPOP (2012) na

questão “E3. A participação de pessoas em um grupo para derrubar por meios violentos um governo eleito. Até que ponto aprova ou desaprova?”¹ significa desaprova fortemente e 10 aprova fortemente. As respostas foram reclassificadas para 0= Desaprova (de 1 a 5) e 1= Aprova (de 6 a 10). A Tabela 3 mostra o percentual encontrado por país sendo que 89,4% dos latino-americanos não aprovam esta situação.

Apesar de indicativos explícitos de ruptura democrática terem baixa adesão, há aspectos mais vulneráveis da democracia, tais como o apoio aos partidos políticos, cujos indícios são expressos pela queda na confiança que recebem desde a década de 1980, como demonstrado por Norris (1999). Muitos indivíduos, que se dizem democráticos e que consideram a democracia a melhor forma de governo, admitem a supressão dos partidos políticos. A incoerência remete à observação já feita de que mais importante que classificar os indivíduos como democratas ou autoritários é identificar suas atitudes políticas diante de situações práticas.

O LAPOP (2012) mensura esta atitude com a questão “DEM23. Pode haver democracia sem que existam partidos políticos. Até que ponto concorda ou

discorda desta frase?”⁷. As respostas variaram de 1 (Discorda Muito) a 7 (Concorda Muito). A Tabela 3 apresenta a média por país após a recategorização das respostas para variarem de 0 a 6. A média para a América Latina é 2,63. Cabe observar que o Haiti é também um país que possui elevada confiança na polícia e baixa confiança interpessoal.

É necessário assegurar que o efeito das atitudes autoritárias sobre a confiança da polícia não é enviesado por um autoritarismo específico para solução de problemas associados à segurança pública. Por isso, é importante inserir indicadores de vigilantismo⁸ e

de militarismo⁹ no modelo estatístico, como variáveis de controle. A tendência do aumento da violência após a transição democrática pode fazer com que o Estado de Democrático de Direito e os Direitos Humanos sejam vistos como obstáculos para a provisão da segurança (Pinheiro, 2000). Especialmente em locais onde as instituições estatais são fracas, o apoio ao chamado vigilantismo violento ou letal pode ocorrer. Esse apoio tende a ser inversamente proporcional à avaliação das instituições de justiça, segundo Nivette (2016). Tal comportamento está associado ao apoio às políticas de mão dura e tem se manifestado de maneira crescente na América Latina (Nivette, 2016).

A Tabela 3 mostra que 54,41% dos Latino-Americanos, portanto a maioria, preferem aumento de penas às políticas de prevenção como estratégia de enfrentamento do crime reforçando a ideia de vigilantismo através de um policiamento mais ostensivo e menos preventivo que pode receber maior confiança em algumas situações, conforme a hipótese.

Há forte militarização das polícias da América Latina, processo através do

7 As variáveis “aprova participar de grupos para derrubar por meios violentos governo eleito” (E3) e “apoia democracia sem partidos” (DEM23), foram submetidas ao teste de correlação e o coeficiente foi de apenas 0,120, com significância estatística ao nível de 99%. Pelo teste de Alfa de Cronbach o coeficiente encontrado foi 0,233, portanto, insuficiente para ser submetido à análise fatorial confirmatória. Em síntese, os testes indicam que as variáveis medem dimensões distintas do apoio à democracia e devem ser instrumentalizadas de forma autônoma nos modelos estatísticos como foi realizado (Gujarati, 2010; Greene, 2003; Wooldridge, 2010).

8 Nivette (2016) apresenta o vigilantismo como a prática privada e informal de justiça, geralmente, através da punição pessoal ou violência contra suspeitos, como forma de controle do crime. Estas práticas podem ocorrer de forma espontânea ou organizada.

9 Militarização é processo através do qual as polícias modelam-se em torno dos princípios do militarismo e das forças militares nas dimensões material, cultural, organizacional e operacional. Militarismo é o apoio à militarização (Moule Junior, Fox e Parry, 2019: 153).

Tabela 4 - Modelos de efeitos fixos por país – Confiança na polícia por atitudes políticas macrosociais

| Variáveis (padronizadas) | Modelo 1 | Modelo 2 | Modelo 3 | Modelo 4 | Modelo 5 | Modelo 6 |
|-----------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Índice de apoio difuso | 2.858*** (0.0636) | | | | 1.386*** (0.0406) | 1.371*** (0.0492) |
| Índice de confiança institucional | | 3.782*** (0.0922) | | | 3.023*** (0.0931) | 3.047*** (0.113) |
| Apoio à democracia sem partido | | | 1.079*** (0.0180) | | 1.033 (0.0204) | 1.037 (0.0245) |
| Apoio à derrubada violenta | | | | 1.065*** (0.0173) | 1.039** (0.0199) | 1.064*** (0.0238) |
| Apoio à aumentar penas | | | | | | 1.004 (0.0233) |
| Militarismo | | | | | | 1.003 (0.0248) |
| Ideologia de direita | | | | | | 1.081*** (0.0252) |
| Constant | 0.519*** (0.0811) | 0.488*** (0.0814) | 0.591*** (0.0817) | 0.591*** (0.0823) | 0.484*** (0.0816) | 0.415*** (0.0658) |
| var(Constant) | 1.697*** (0.275) | 1.826*** (0.337) | 1.512*** (0.192) | 1.523*** (0.196) | 1.850*** (0.349) | 1.551*** (0.233) |
| Observações | 17,418 | 17,418 | 17,418 | 17,418 | 17,418 | 12,062 |

| | | | | | | |
|------------------|-------|-------|--------|--------|-------|-------|
| Número de grupos | 22 | 22 | 22 | 22 | 22 | 18 |
| Log Likelihood | -9332 | -8639 | -10767 | -10770 | -8573 | -5881 |

Nota: Efeitos fixos por país. *** $p < .001$; ** $p < .05$; * $p < .10$ (two-tailed). Os erros padrão estão nos parênteses.

qual as polícias modelam-se em torno dos princípios do militarismo e das forças militares nas dimensões material, cultural, organizacional e operacional. O militarismo é o apoio à militarização, representando à adesão a um tipo de policiamento mais militarizado, fundamentado na força, e mais distante de um policiamento cívico, com foco nos direitos (Moule Junior, Fox e Parry, 2019). Na América Latina, a média de concordância que as forças armadas devem combater o crime em escala de 0-6 é de (4,61) pelas informações do LAPOP (2012) apresentadas na Tabela 3.

Outro cuidado que se deve ter quanto ao efeito das variáveis atitudinais na confiança na polícia é se ele não é distorcido pela ideologia. Por isso, além de vigilantismo e do militarismo, esta variável também deve ser inserida como controle no modelo estatístico. Em escala de 0 a 10 recodificada de forma que os valores de 1 a 6 se tornaram (0) Esquerda/Centro e 7 a 10 se tornaram (1) Direita, 32,5% dos latino-americanos se autotransformam como de direita conforme a Tabela 3.

A Tabela 4 apresenta o efeito das variáveis atitudinais

macrossociais e das variáveis de controle apresentadas sobre a confiança na polícia. As variáveis “índice de apoio difuso ao sistema político” e “índice de confiança nas instituições” apresentaram fortes efeitos sobre a confiança na polícia em todos os modelos. No modelo 6 da Tabela 4, foram inseridas todas as variáveis atitudinais macrossociais e todas as variáveis de controle, cada desvio padrão do Índice de apoio difuso aumenta em 37% a chance de confiança na polícia e, cada desvio padrão do Índice de confiança institucional aumenta esta chance em 200%. Isto demonstra que a confiança na polícia é associada ao apoio ao sistema político como um todo e, mais ainda, à confiança nas demais instituições. Isto corrobora com as abordagens culturalistas clássicas da ciência política expressas, principalmente por, Almond e Verba (1963) e Easton (1965).

Mostra também que cada desvio padrão das variáveis que indicam adesão frágil à democracia, ou até mesmo autoritarismo, que são “apoio à democracia sem partido” (7,9%) e “apoio a derrubada violenta de um governo eleito” (6,5%), aumentam as chances de confiança na polícia. Mesmo quando inseridas em conjunto e com

Tabela 5 - Modelos de efeitos fixos por país – Confiança na polícia por atitudes políticas micro e macrosociais

| Variáveis (padronizadas) | Modelo 1 | Modelo 2 | Modelo 3 |
|-----------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Confiança interpessoal | 1.248*** (0.0216) | | 1.120*** (0.0222) |
| Organizou por medo | 1.019 (0.0173) | | 1.010 (0.0196) |
| Índice de apoio difuso | | 1.388*** (0.0407) | 1.385*** (0.0407) |
| Índice de confiança institucional | | 3.025*** (0.0932) | 2.994*** (0.0925) |
| Apoio à democracia sem partido | | 1.032 (0.0204) | 1.033* (0.0204) |
| Apoio à derrubada violenta | | 1.037* (0.0199) | 1.040** (0.0200) |
| Apoio à aumentar penas | | 1.027 (0.0198) | 1.034* (0.0200) |
| Constante | 0.586*** (0.0834) | 0.484*** (0.0815) | 0.483*** (0.0821) |
| var(Constante) | 1.551*** (0.208) | 1.849*** (0.348) | 1.874*** (0.360) |
| Observações | 17,418 | 17,418 | 17,418 |
| Número de grupos | 22 | 22 | 22 |
| Log Likelihood | -10693 | -8572 | -8555 |

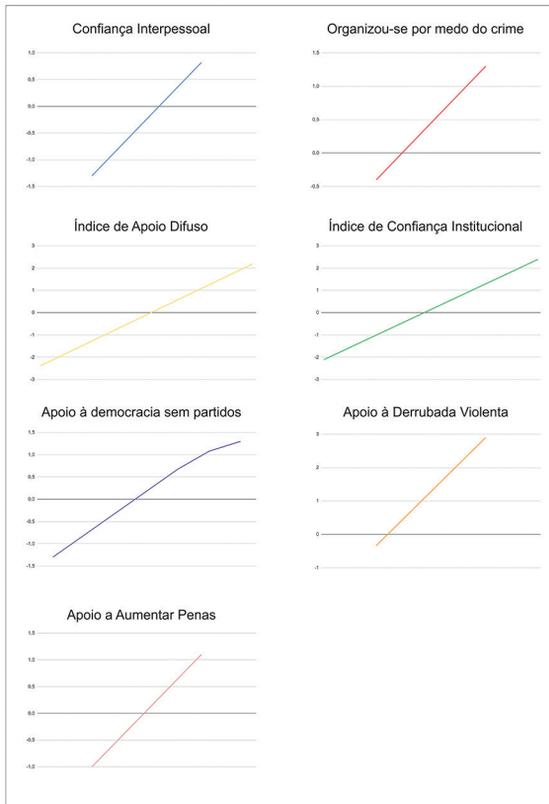
Nota: Efeitos fixos por país. *** p<.001; ** p<.05; * p<.10 (two-tailed). Os erros padronizados estão nos parênteses.

as variáveis de controle (modelo 6) o “apoio a derrubada violenta de um governo eleito” mantém-se estatisticamente significativa e aumenta a chance de confiança na polícia em 6,4%, a cada desvio padrão. Quanto às variáveis de controle, “apoio a aumentar penas” (vigilantismo) e “militarismo”

não tiveram efeitos significativos sobre a confiança na polícia. Ao passo que a “ideologia” de direita aumenta chance de se confiar na polícia em 8,1%

A Tabela 5 apresenta os modelos atitudinais micro (modelo 1) e macrosociais (modelo 2), de forma individual,

Gráfico 2: Valores preditos da confiança na polícia segundo o efeito das variáveis independentes (modelo 3 – Tabela 5)



e o modelo atitudinal completo (modelo 3), com os dois conjuntos de variáveis simultaneamente. A partir da comparação entre os valores do teste de Log Likelihood pode-se afirmar que o modelo 3, que é o mais completo, pois o melhor ajuste tem seu valor mais próximo de 0.

A Tabela 5 mostra que a confiança interpessoal aumenta a chance de confiança na polícia tanto no modelo micro atitudinal quanto no modelo completo. Nos dois casos, ter se organizado por medo do crime não apresenta significância estatística. Os índices de apoio difuso e de confiança institucional apresentam fortes efeitos em ambos os modelos em que foram inseridos. “Apoio à democracia sem partidos” somente apresentou efeito estatisticamente significativo no modelo completo, aumentando a chance de confiança na polícia em 3,4% por desvio padrão. Por sua vez, o “apoio à derrubada por meios violentos de governo eleito” aumenta a chance de confiança na polícia em todos os modelos em que a variável foi submetida e mostra que a confiança na polícia nos países da América Latina está associada às atitudes autoritárias. A variável de controle indicadora de vigilantismo, “apoio ao aumento das penas para reduzir a criminalidade”, favorece a confiança na polícia no modelo completo aumentando suas chances em 3,3% por desvio padrão, reforçando esta ideia.

A fim de facilitar a compreensão e visualização das associações encontradas a partir da análise de regressão logística de efeitos fixos por país, tem-se o Gráfico 2 elaborado a partir dos valores preditos resultantes do modelo 3, presentes na Tabela 5. Ilustra-se como cada uma das variáveis independentes predizem a chance de confiar na polícia. A relação entre a variável independente e a chance de confiar na polícia será mais intensa quanto maior for o área resultante sob a curva dos valores previstos que representam a probabilidade acumulada de ocorrência do evento ao se considerar o efeito da variação de cada unidade da variável independente sobre a dependente (Fawcett, 2006; Hastie, Tibshirani, Friedman, 2009; Murphy, 2012; Brerton, 1996).

Cabe ressaltar que ainda que em razão de se ter gráfico com valores preditos cujos valores podem variar entre 0 e 1, atribuídos à confiar ou a não confiar na polícia, tais valores são contínuos, não probabilidades diretas. Assim, é possível interpretá-los em termos de chances, ou seja, a probabilidade de o evento ocorrer em relação à possibilidade de não ocorrer. Quanto maior a área sob essa curva, maior é a probabilidade de uma maior confiança na polícia. No entanto, a probabilidade específica de um evento ocorrer é determinada por meio da função logística, que transforma esses valores contínuos em probabilidades.

A área sob a curva ajuda a entender a confiabilidade geral do modelo e a probabilidade exata é calculada usando a função logística (Fawcett, 2006; Hastie, Tibshirani, Friedman, 2009; Murphy, 2012; Breerton, 1996).

Desta forma, evidencia-se a tendência acentuada de aumento da chance de se confiar na polícia na medida que o apoio difuso aumenta. Essa associação positiva sugere que, conforme

os níveis de apoio difuso crescem, a probabilidade de confiar na polícia também se intensifica. Esse comportamento é corroborado pela significância estatística do padrão observado. Tal padrão se manifesta também em relação ao Índice de Confiança nas Instituições. Quanto às demais variáveis, também se observam as tendências nas mesmas direções, ainda que com menor intensidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou atitudes políticas, de cunho micro e macrosocial, apontadas como relevantes para a compreensão da variação do nível de confiança na instituição policial e testou seus efeitos na confiança na polícia, confirmando que tais atitudes são associadas. Em geral, a atuação policial na América Latina é ineficaz, haja vista ser a região que ostenta as maiores taxas de homicídio no mundo. Apresenta, ainda, baixa capacidade técnica e não alcança padrão de atuação profissional. Extrapolou o uso da força e participa do protagonismo do Estado ao agir com violência, como expressão e um dos fatores que contribuem para a baixa qualidade democrática regional. Apesar disso, a média da confiança na polícia, em escala de 1 a 7, do LAPOP (2012), é de 3,78, portanto, pouco acima do valor intermediário. Haiti e Nicarágua estão longe de serem democracias,

mas, aparecem entre os cinco países com maior nível de confiança na polícia dentre os estudados junto com Uruguai e Chile, democracias segundo o V-DEM (2020).

Para explicar a confiança na polícia, primeiro, testou-se o impacto dos indicadores de atitudes políticas microsociais. O fato de ter se organizado com a vizinhança por medo do crime não apresentou significância estatística, ao passo que o efeito da confiança interpessoal se mostrou consistentemente positivo. Quanto às atitudes políticas macrosociais, “apoio difuso ao sistema político”, confiança nas demais instituições políticas e atitudes autoritárias mostraram-se positivamente associadas com a confiança nas organizações policiais. Isto mostrou, conforme esperado pelos pressupostos do artigo, que as atitudes políticas

contribuem para explicar confiança na polícia, mas nem sempre está associada ao civismo e, tampouco, à eficácia policial e, sim, às atitudes autoritárias como apoio à derrubada violenta de governos eleitos e à “democracia sem partidos”.

Portanto, os resultados demonstram que a confiança na polícia na América Latina também é explicada pelas atitudes autoritárias dos cidadãos. Tais conclusões reforçam a ideia de que a América-Latina possui limitações quanto à institucionalização da democracia, que deveria ser exercida, inclusive, no policiamento cotidiano

profissionalizado e observador do Rule of Law. Também, levanta questões quanto à legitimidade das instituições políticas da região, já que instituições que atuam fora dos parâmetros democráticos podem ser legitimadas, assim como a confiança na polícia é favorecida por valores antidemocráticos. Cabe, às futuras pesquisas verificar se o fenômeno aqui identificado é próprio da América Latina, ou se também incide sobre outras instituições e/ou outras regiões.

REFERÊNCIAS

- Alalehto, T., Larson, D. (2016). Measuring trust in the police by contextual and individual factors. *International Journal of Law, Crime and Justice*, 46, 31-42.
- Almond, G., Verba, S. (1963). *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton University Press.
- Anderson, M. (2010). Community psychology, political efficacy, and trust. *Political Psychology*, 31(1), 59-84.
- Brereton, R. (1996). Introduction to Multivariate Calibration in Analytical Chemistry. *Analyst*, 121(8), 21R-32R.
- Brown, B., Benedict, W.R. (2002). Perceptions of the police: past findings, methodological issues, conceptual issues and policy implications. *Policing*, 25(3), 543-580.
- Cao, L. (2011). Visible minorities and confidence in the police. *Canadian Journal of Criminology and Criminal Justice*, 53(1), 1-26.
- Casalecchi, G. (2016). Á. Legado democrático e atitudes democráticas na América Latina: efeitos diretos, indiretos e condicionais (Tese de Doutorado em Ciência Política - Faculdade de Filosofia de Ciências Humanas). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Colen, C. (2010). As covariantes da confiança política na América Latina. *Opinião Pública, Campinas*, 16(1), 1-27
- Corrar, L.J., Paulo, E., Dias Filho, J.M. (2007). Análise Multivariada para cursos de Administração. Ciências Contábeis e Economia, Atlas.

- Cruz, J.M. (2010). Central American maras: from youth gangs to transnational protection rackets. *Global Crime*, 11(4), 379-398.
- Dalton, R. (2000). Citizen attitudes and political behavior. *Comparative Political Studies*, 33(6/7), 912-940.
- Dalton, R. (1999). Political support in advanced industrial democracies. En P. Norris (ed.), *Critical citizens: global support for democratic governance* (pp.55-77). Oxford, NY: Oxford University Press.
- Eckstein, H. (1988). A culturalist theory of political change. *The American Political Science Review*, 82(3), 789-804.
- Fávero, L.P, Belfiore, P F.L, da Silva, B.L.C. (2009). *Análise de Dados: Modelagem Multivariada para tomada de decisões*. Elsevier.
- Fawcett, T. (2006). An Introduction to ROC Analysis. *Pattern Recognition Letters*, 27(8), 861-874.
- Feres Júnior, J., Eisenberg, J. (2006). Dormindo com o inimigo: uma crítica ao conceito de confiança. *Dados*, 49(3), 457-481.
- Figueiredo Filho, D., Silva Júnior, J.A. (2010). Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. *Opinião Pública*, 16(1), 160-185.
- Fowler Junior, F. (2014). *Survey research methods*. Los Angeles: SAGE.
- Fran, M.; Malone, T; Dammert, L. (2021). The police and the public: policing practices and public trust in Latin America. *Policing and Society*, 31(4), 418-433.
- Graham, M., Svulik, M. (2020). Democracy in America? Partisanship, polarization, and the robustness of support for democracy in the United States. *American Political Science Review*, 114(2), 392-409.
- Greene, W. (2003). *Econometrics analysis*. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice Hall.
- Gujarati, D. (2012). *Basic econometrics*. Noida: Tata McGraw-Hill Education.
- Hair, J., Black, W., Babin, B., Anderson, R. (2006). *Multivariate data analysis*. Upper Saddle River, N.J: Pearson Prentice Hall.
- Hastie, T., Tibshirani, R.; Friedman, J. (2009). *The Elements of Statistical Learning: Data Mining, Inference, and Prediction*. Springer.
- Hetherington, M. (1998). The political relevance of political trust. *The American Political Science Review*, 92(4), 791-808.
- Inglehart, R. (1997). *The silent revolution: changing values and political styles among western publics*. Princeton: Princeton University Press.
- Inglehart, R., Welzel, Ch. (2009). How Development leads to democracy: what we know about modernization today? *Foreign Affairs*, 88(2), 33-48.
- Inglehart, R., Welzel, Ch. (2003). Political culture and democracy: analyzing cross-level linkages. *Comparative Politics*, 36(1), 61-79.
- Johnson, R.A. (1992). *Applied Multivariate Statistical Analysis*. Prentice Hall.
- Kääriäinen, J., Sirén, R. (2011). Trust in the police, generalized trust and reporting crime. *European Journal of Criminology*, 8(1), 65-68.
- Kim, J., Mueller, Ch. (1978). *Factor analysis: statistical methods and practical issues*. Berverly Hills: Sage Publications.

- Kubrin, Ch.E., Weitzer, R. (2003). New directions in social disorganization theory. *Journal of research in crime and delinquency*, 40(4), 374-402.
- Lagos, M. (2000a). A máscara sorridente da América Latina. *Opinião Pública*, 6(1), 1-16.
- Lagos, M. (2003a). Support for and satisfaction with democracy. *International Journal Of Public Opinion Research*, 15(4), 471-487.
- Lagos, M. (2003b). A road with no return? *Journal of Democracy*, 14(2), 163-173.
- Latin American Public Opinion (LAPOP) (2012). Nashville, TN, 2012. Recuperado 23 de abril de 2022 de <https://www.vanderbilt.edu/lapop>.
- Lattin, J, Carroll, J.D, Green, P.E. (2011). *Análise de dados Multivariados*. Cengage Learning.
- Mishler, W., Rose, R. (1999). Five Years after the fall: trajectories of support for democracy in post-communist Europe. En P. Norris (ed.), *Critical citizens: global governance* (pp.78-103). Oxford, NY: Oxford University Press.
- Mishler, W., Rose, R. (2001). What are the origins of political trust? Testing institutional and cultural theories in post-communist societies. *Comparative, Political Studies*, 34(1), 30-62.
- Mishler, W., Rose, R. (2005). What are the political consequences of trust? A test of cultural and institutional theories in Russia. *Comparative Political Studies*, 38(9), 1050-1078.
- Moisés, J.A. (2010). A confiança e seus efeitos sobre as instituições democráticas. En J.A. Moisés (ed.), *Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?*(pp. 9-22). São Paulo: Edusp.
- Moisés, J.A. (2008). Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23(66), 11-43.
- Moule Junior, R., Fox, B., Parry, M. (2019). The long shadow of ferguson: legitimacy, legal cynicism, and public perceptions of police militarization. *Crime & Delinquency*, 65(2), 151-182.
- Murphy, K. (2012). *Machine Learning: A Probabilistic Perspective*. MIT Press.
- Nivette, N., Kanji, M. (2002). Authority orientations and political support: A cross-national analysis of satisfaction with governments and democracy. *Comparative Sociology*, 1(3-4), 387-412.
- Nivette, A. (2016). Institutional ineffectiveness, illegitimacy, and public support for vigilantism in Latin America. *Criminology*, 54, 142-175.
- Norris, P. (ed.) (1999). *Critical citizens: global support for democratic government*. Oxford: Oxford University Press.
- Offe, C. (1999). How Can We Trust Our Fellow Citizens? En M. Warren (ed), *Democracy and Trust*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Pinheiro, P.S. (2000). Democratic Governance, Violence, and the (Un)Rule of Law. *Daedalus*, 129(2), 119-143.
- Power, T.J. & Jamison, G. (2005). Desconfiança política na América Latina. *Opinião Pública*, 11(1), 64-93.
- Putnam, R. (1993). *Making democracy work*. Princeton University Press.
- Prado, M.M., Trebilcock, M., Hartford, P. (2012). Police Reform in Violent

- Democracies in Latin America. *Hague Journal on the Rule of Law*, 4(2), 252-285.
- Ribeiro, E. (2008). Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil (Tese de doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Paraná.
- Sampson, R. (2004). Networks and neighbourhoods: the implications of connectivity for thinking about crime in the modern city. En H. McCarthy, P. Miller & P. Skidmore (eds), *Network Logic: Who Governs in an Interconnected World?* (pp.157-166). London: Demos.
- Segovia, C. (2008). Political trust in Latin America (Tesis Doctorate in Philosophy). The University of Michigan.
- Silva, B. (2014). Social Disorganization and Crime: Searching for the Determinants of Crime at Community Level. *Latin American Research Review*, 49, 218-230.
- Silva, G., Ribeiro, L. (2016). Confiança nas instituições democráticas e vitimização por crime: qual a relação? *Revista de Sociologia e Política*, 24(58), 59-84.
- Sung, H., Capellan, J., Barthuly, B. (2022). Trust in the police and the militarisation of law enforcement in Latin America. *Policing and Society*, 32(3), 311-340.
- Tocqueville, A. (1987). *A Democracia na América* (2. Ed). São Paulo: Edusp.
- Varieties of Democracy (V-DEM) (2020). Disponível em: <https://www.v-dem.net/en/>. Acesso em: mar. 2020.
- Villarreal, A.; Silva, B. (2006). Social Cohesion, Criminal Victimization and Perceived Risk of Crime in Brazilian Neighborhoods. *Social Forces*, 84(3), p. 1725-1753.
- Warren, M. (1999). *Democracy and Trust*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wooldridge, J. (2010). *Introdução à econometria: uma abordagem moderna*. São Paulo: Cengage Learning.
- Zizumbo-Colunga, D. (2019). Confronting Crime by Ourselves: Trust in Neighbors, Trust in Authorities, and Anti-Crime Organization. *Latin American Research Review*, 54(3). 574-590.z